



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

PROCESSO Nº 13839/000.356/91-61

mfma

Sessão de 16 de outubro de 19 92

ACORDÃO Nº 101-84.255

Recurso nº: : 72.925 - PIS-DEDUÇÃO - EXS: 1987 e 1988

Recorrente: : J. RODRIGUES FILHO & CIA. LTDA.

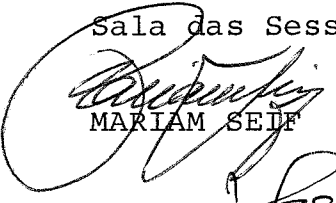
Recorrida : : DRF em CAMPINAS - SP

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS/DEDUÇÃO - DECORRÊNCIA - Mantida no processo matriz a cobrança do imposto de renda da pessoa jurídica, cabe não procedimento decorrente a exigência da contribuição ao PIS calculada em função do mesmo imposto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por J. RODRIGUES FILHOA & CIA. LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencido o Conselheiro CELSO ALVES FEITOSA que provia o recurso.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 1992


MARIAM SEIF

PRESIDENTE E
RELATORA

VISTO EM
SESSÃO DE: 13 NOV 1992 AFONSO CELSO FERREIRA DE CAMPOS PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA, SANDRO MARTINS SILVA, RAUL PIMENTEL; JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL. 



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO Nº 13839/000.356/91-61

RECURSO Nº: 72.925

ACORDÃO Nº: 101-84.255

RECORRENTE: J. RODRIGUES FILHO & CIA. LTDA.

R E L A T Ó R I O

A contribuinte supra identificada recorre a este Conselho, da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau, que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 03.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a mesma contribuinte, na área do imposto de renda-pessoa jurídica, protocolizado na repartição local sob o nº 13839/000.354/91-36.

Nestes autos cogita-se da cobrança da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/DEDUÇÃO, correspondente a 5% do IRPJ suplementar devido nos exercícios de 1987 e 1988, consoante estabelecido no artigo 3º alínea "a" e § 1º da Lei Complementar nº 07/70.

Mantida a tributação no processo matriz em 1ª instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 12 assim ementada:

"PIS/DEDUÇÃO - EXERCÍCIO(S) 1987 e 1988 - Decor
rência - Tributação Reflexa. - A base de cálculo
para o recolhimento ao Fundo de Participação do

Acórdão nº 101-84.255

Programa de Integração Social - PIS - é o imposto devido, conforme previsto no art. 480 do RIR/80.

EXIGÊNCIA FISCAL PROCEDENTE."

Dessa decisão a contribuinte foi cientificada em 26.03.92 e, inconformada, ingressou em 16.04.92 com o recurso voluntário de fls. 17/28.

Como razões do recurso, a contribuinte se reporta aos fundamentos apresentados no processo principal.



É o relatório.

Acórdão nº 101-84.255

V O T O

Conselheira MARIAM SEIF, relatora.

O recurso é tempestivo. Dele conheço.

Conforme relatado, a tributação objeto deste processo é decorrente da exigência fiscal formalizada na área do IRPJ, objeto do processo nº 13839-000.354/91-36, cujo recurso foi protocolizado neste Conselho sob o nº

Tratando-se de tributação reflexa, o seu suporte fático é o mesmo que embasou a exigência procedida no processo principal, não comportando, por isso mesmo, uma apreciação desvinculada da levada a efeito naquele processo. Isto porque, segundo remansosa jurisprudência deste Colegiado, o decidido no processo da pessoa jurídica, quanto à matéria que, por sua natureza ou decorrência de lei acarrete reflexo na tributação das pessoas físicas, na fonte ou contribuições, faz coisa julgada nos processos decorrentes, eis que, houvesse possibilidade de novo pronunciamento sobre os mesmos fatos, poder-se-iam estabelecer eventuais contraditórios desaconselháveis sob o ponto de vista social e legal.

Como o processo principal foi objeto de deliberação deste Colegiado em sessão realizada em 14.10.92, não cabe nestes autos reabrir a discussão em torno da existência ou insubsistência do suporte fático da exigência, uma vez que a matéria já foi amplamente debatida e examinada naquela ocasião.

Na oportunidade, esta Câmara, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, como faz certo o Acórdão nº 101- 84.199.

Assim, considerando a decisão prolatada no proces



Acórdão nº 101-84.255

so principal através do acórdão supramencionado, observado, ain
da, o princípio da decorrência, outra não poderá ser a decisão
neste processo.

Nesta ordem de juízos, nego provimento ao recur-
so.

Brasília-DF., 16 de outubro de 1992


MARIAM SEIF

- RELATORA